



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – CAMPUS I

CURSO DE URBANISMO

MATEUS SANTANA BARBOSA

**IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA POPULAR PARA A
OFERTA DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA EM FAZENDA
GRANDE DO RETIRO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SALVADOR-BA

2024

MATEUS SANTANA BARBOSA

**IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA POPULAR PARA A
OFERTA DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA EM FAZENDA
GRANDE DO RETIRO**

Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em Urbanismo,
como exigência parcial, colegiado do curso de
Urbanismo, Departamento de Ciências Exatas e
Da Terra, da Universidade do Estado da Bahia.

Orientador: João Pena

SALVADOR-BA

2024

MATEUS SANTANA BARBOSA


**IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA POPULAR PARA A
OFERTA DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA NO BAIRRO DE
FAZENDA GRANDE DO RETIRO**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Urbanista da Universidade do Estado da Bahia.


Orientador: Prof. Dr. João Soares Pena

APROVADO em 08 de janeiro de 2025.


BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **THAIS DE MIRANDA REBOUCAS**
Data: 24/01/2025 10:20:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Thaís de Miranda Rebouças
Universidade do Estado da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCA DE PAULA SANTOS DA SILVA**
Data: 28/01/2025 23:52:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Francisca de Paula Santos da Silva
Universidade do Estado da Bahia

Documento assinado digitalmente
 **JOAO SOARES PENA**
Data: 24/01/2025 08:57:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Soares Pena - Orientador
Universidade do Estado da Bahia

AGRADECIMENTOS

Para todos os desafios e vitórias da vida, agradeço ao bom Deus por continuar iluminando meu caminho diariamente, mesmo após desistências e falta de ânimo.

Agradeço aos meus familiares que sempre me apoiaram, meus pais, que me zelam até hoje, meu pai Almir Brito Barbosa, minha mãe Márcia Cristina de Santana, minha madrastra Zuleica Barbosa que me ajudou a concluir esta fase, meu orientador João Pena, que aceitou embarcar nessa jornada comigo para conclusão desta minha etapa, da professora Thaís Rebouças e da professora Francisca que se dispuseram a ajudar na construção e progresso desta monografia, à professora Clélia Dantas, que coordenou todo o processo da disciplina, bem como todos os outros inúmeros professores que passaram na minha vida acadêmica e auxiliaram, de pouquinho em pouquinho, a chegar nesse tema que escolhi por conviver bastante com bairro.

Meus eternos agradecimentos também à dona Jaqueline Freitas de Souza (nome fictício), por compartilhar sua visão e vivência em Fazenda Grande, mesmo frente aos muitos desafios e impasses do dia-a-dia, se dispôs a relatar como entrevistada, numa conversa que fora extremamente proveitosa.

Hoje olho e entendo mais as dinâmicas e processos que ocorrem no espaço urbano, visando sempre melhorar e ajudar a construir cidades cada vez mais justas e agradáveis de se viver. Aos demais que sempre me apoiaram, amigos da caminhada, meus agradecimentos sinceros.

RESUMO

O crescimento urbano do século XX no Brasil trouxe diversas reverberações para o espaço, forma e dinâmica urbana, sendo papel do planejamento, um fator prioritário para atender e solucionar as mazelas que se assentaram na vida em cidade. Estruturalmente, o espaço urbano necessita de equipamentos públicos que promovam a dinâmica urbana, assim como os serviços públicos, que permitem adesão ao trabalho e conseqüente reestruturação econômica. Quando o Estado deixa de cumprir sua função como condutor do desenvolvimento socioeconômico, em áreas mais segregadas, a mobilização popular tende a tentar suprir a ausência de políticas públicas e como a infraestrutura se configura no espaço. Faz-se então necessário, o estudo aprimorado de como se dá, na prática, a ampliação do acesso à uma infraestrutura consolidada a cada região, cidade, ou bairro, e como essas mudanças se manifestam para as pessoas que vivem o espaço, principalmente em locais menos abastados, que carecem do Estado e políticas mais eficazes. Com essa premissa, o presente estudo analisa a evolução histórica do bairro de Fazenda Grande do Retiro, Salvador, Bahia, sob a perspectiva de uma gradual implantação de equipamentos e serviços públicos, e a eventual mudança na infraestrutura nos anos 1972 a 2024, e como as manifestações populares favoreceram a tais mudanças. Através do levantamento histórico, bibliográfico, e entrevista, percebeu-se alterações constantes no cotidiano e nas relações entre os agentes urbanos, dentro de um contexto de espaço carente socioeconomicamente, que foi se adequando com o advento de um planejamento e gestão mais estruturada. Entendendo a conceituação de tais equipamentos e serviços, é objetivo principal diagnosticar as relações intrínsecas da sociedade, seus anseios e questionamentos, com a infraestrutura que ela vivencia.

Palavras-chave: Equipamentos públicos. Serviços públicos. Espaço Urbano.

ABSTRACT

The urban growth of the 20th century in Brazil brought several repercussions to urban space, form and dynamics, and planning is a priority factor in addressing and solving the problems that have taken root in city life. Structurally, urban space requires public facilities that promote urban dynamics, as well as public services that allow for the adoption of work and consequent economic restructuring. When the State fails to fulfill its role as a driver of socioeconomic development in more segregated areas, popular mobilization tends to try to make up for the lack of public policies and how infrastructure is configured in the space. It is therefore necessary to study in depth how, in practice, access to consolidated infrastructure is expanded in each region, city or neighborhood, and how these changes manifest themselves for the people who live in the space, especially in less affluent areas that lack the State and more effective policies. With this premise, this study analyzes the historical evolution of the neighborhood of Fazenda Grande do Retiro, Salvador, Bahia, from the perspective of a gradual implementation of public equipment and services, and the eventual change in infrastructure from 1972 to 2024, and how popular demonstrations favored such changes. Through historical and bibliographical research, and interviews, constant changes in daily life and in the relationships between urban agents were observed, within a context of socioeconomically deprived space, which was adapted with the advent of more structured planning and management. Understanding the conceptualization of such equipment and services, the main objective is to diagnose the intrinsic relationships of society, its desires and questions, with the infrastructure it experiences.

Keywords: Public Equipment. Public Services. Urban Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mapa de localização da Fazenda Grande do Retiro.....	15
Figura 02 - Rua Mello Moraes Filho, 1960.....	27
Figura 03- Localização dos Equipamentos Urbanos.....	30
Figura 04- Escola SESI do Retiro.....	31
Figura 05- Casa do Museu Popular da Bahia em Fazenda Grande do Retiro.....	33
Figura 06 - Antiga Poliflex, permanentemente fechada, localizada na rua Melo Moraes Filho.....	35
Figura 07- Rua Melo Moraes Filho na década de 1960.....	36
Figura 08 - O impacto da Festa do Lixo nos meios de comunicação da época (1976)	38
Figura 09 - Mobilização popular na manchete da Tribuna da Bahia, em 1991.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Equipamentos mínimos correspondentes ao setor.....	20
---	----

LISTAS DE ABREVIATURAS

BANEB	Banco do Estado da Bahia
EGBA	Empresa Gráfica da Bahia
LOUOS	Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SESI	Serviço Social da Indústria
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Espaço Urbano no contexto capitalista.....	16
2.2 Equipamentos urbanos/ comunitários.....	19
2.3 Serviços Urbanos.....	21
2.4 Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo.....	22
2.5 Movimentos Sociais Urbanos.....	23
3. FAZENDA GRANDE DO RETIRO: HISTÓRICO DE RESITÊNCIA	25
3.1 Aspectos históricos e demográficos.....	25
3.2 Principais equipamentos implantados.....	28
3.3 A “Festa do lixo” e demais reivindicações populares.....	35
3.3.1 Objetivos, resultados e relevância da “Festa do Lixo”	35
3.3.2 Análise das principais reivindicações por equipamentos comunitários.....	42
CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE.....	51

1. INTRODUÇÃO

O entendimento sobre as dinâmicas urbanas é basilar para que planejadores urbanos compreendam e respeitem questões que são culturais e históricas. O espaço onde se inserem os atores urbanos, demanda adequação à nova ordem socioeconômica e cultural, tendo uma complexidade de fatores para uma dinâmica urbana vigente. Conceitualmente, o espaço urbano, sob diversas perspectivas no mundo contemporâneo capitalista, traz a luz o debate sobre segregação socioespacial, dinâmicas sociais, econômicas e políticas, e transformações do espaço, sendo desafio para o planejamento urbano. Para este trabalho, isso ajudará a compreender a lógica do capital sob o espaço urbano e como isso afeta diversos aspectos sociais e espaciais.

[...] As relações espaciais integram ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado, cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade. Este é um segundo momento de apreensão do que é o espaço urbano: fragmentado e articulado (Corrêa, 1989, p. 8).

O espaço urbano abrange diversos usos do solo que configuram a organização. É, portanto, fragmentado e mutável, ou seja, ao analisar uma área na atualidade, deve-se levar em conta que pode ter sofrido muitas mudanças, e certamente sofrerá posteriormente. Essa mutabilidade não é de fácil percepção ou análise por possuir múltiplas naturezas. O Brasil, como resultado de séculos de escravidão, não abrangeu o contingente populacional após sua abolição, criando áreas que viriam a se tornar as grandes favelas, sendo possível elucidar os efeitos que nelas perduram, tais como a segregação socioespacial, que segundo Corrêa (1989), é inerente ao sistema capitalista, formando regiões extremamente desiguais, de baixa oferta de serviços e infraestrutura adequados, mas cuja demanda é alta. Em grande parte, as áreas são residenciais, e são reflexos das classes sociais que se reproduzem de inúmeras maneiras, seja pela religião, etnia ou valores próprios. Formam-se assim, comunidades onde o Estado é quase inoperante, e que muitas vezes, as mobilizações populares são importantes recursos para tentar responder a essa deficiência. Ações

coletivas são então, um passo importante para conhecer a cidadania, sendo papel político dos agentes públicos, prezar pelos métodos participativos e evitar discursos manipuladores. (Nunes, 2006)

Essa atuação popular, é uma das muitas formas de relação de governança. A participação cidadã é símbolo de poder dos cidadãos como comunidades organizadas, que fazem parte do poder de decisão política. A decisão pela implementação de diversos financiamentos na área da educação por exemplo, pode ser majoritariamente tomada pelos próprios cidadãos. Quando não há participação, é dito que todos os lados foram escutados e atendidos, o que certamente, gera regiões que não conseguem atender aos anseios dos moradores locais. (Arnstein, s/n)

Para esta monografia, tratando-se do referencial teórico, Ferrari (1982), em seu livro “Curso de planejamento municipal integrado”, fornece um guia prático e teórico que trata da gestão e planejamento integrado em escala municipal. Discute principalmente sobre o uso do solo, infraestrutura, políticas públicas, mobilização social, e habitação. Santos (1988) explica metaforicamente a compreensão sobre a cidade e seus principais atores e as formas urbanas, bem como Lamas (1993) traz um aparato mais técnico dos principais elementos urbanos. Servirão como motor técnico na conceitualização deste trabalho. Para dar suporte ao entendimento da participação cidadã, Nunes (2006) e Arnstein (s/n) trazem o entendimento de coletividade e participação, em um contexto de pobreza e descaso estatal.

No entender do contexto capitalista de produção da cidade, Maricato (1982) e Côrrea (1989) contribuem para o entendimento de como o espaço é socialmente constituído frente a acumulação de capital.

Para coleta de dados históricos, Santos (2018) em sua dissertação de mestrado estuda com afinco a importância da Festa do Lixo no bairro de Fazenda Grande do Retiro (1975 -1985) em um contexto espacial de carência por saneamento básico, postos de saúde, escolas, em resumo, equipamentos urbanos necessários para a dignidade humana. Para complementar o entendimento, foi realizada uma entrevista com uma moradora do bairro, onde se procurou experiências vividas por alguém que

nasceu nesse contexto, na década de 1970, quando o espaço tinha características rurais, até os dias atuais. Por meio dela, pode-se compreender como o espaço urbano se reestruturou em um curto período de tempo, deixando de ser um bairro mais bucólico, para se tornar um dos mais populosos de Salvador.

Por fim, no que tange ao entendimento sobre movimentos sociais contemporâneos, Souza (2021), Bitoun (2010) e Portela (2009) trazem os desafios e a importância de se entender como um agente de transformação social, mediante ações coletivas que visam benefícios em comum. Complementarmente, Rolnik (2012) traz à tona a discussão sobre o movimento pela reforma urbana da década 1980.

Referente à divisão dos capítulos, o primeiro consiste na apresentação do objeto de pesquisa, bem como o objetivo principal e os específicos, a justificativa e os principais autores consultados para formalizar a discussão. Conforme for conveniente, os relatos da entrevistada serão dispostos ao decorrer dos capítulos, como forma de unir conhecimento teórico com o prático.

No segundo capítulo se inicia o apanhamento das principais ideias e teorias do planejamento urbano acerca do espaço urbano e seus usos, equipamentos urbanos, serviços públicos, uso e ordenamento do solo, e movimentos sociais urbanos para embasar os pontos principais levantados por esta pesquisa. Além de trazer o aparato legal, sendo objeto de estudo a análise das diretrizes principais do PDDU de Salvador e da LOUOS mais recente (2016), além de uma perspectiva normativa da NBR 9050 (2015), com recomendações para implantação desses equipamentos seguindo o desenho universal.

O terceiro capítulo oferece aspectos sociais e demográficos, o levantamento dos principais equipamentos urbanos, o estudo da história recente do bairro em estudo, entendendo como e por quê se deram as mobilizações populares que modificaram o espaço e ajudará a compreender a importância de uma identidade própria perante a inoperância do Estado, com um adendo à chamada “Festa do Lixo”.

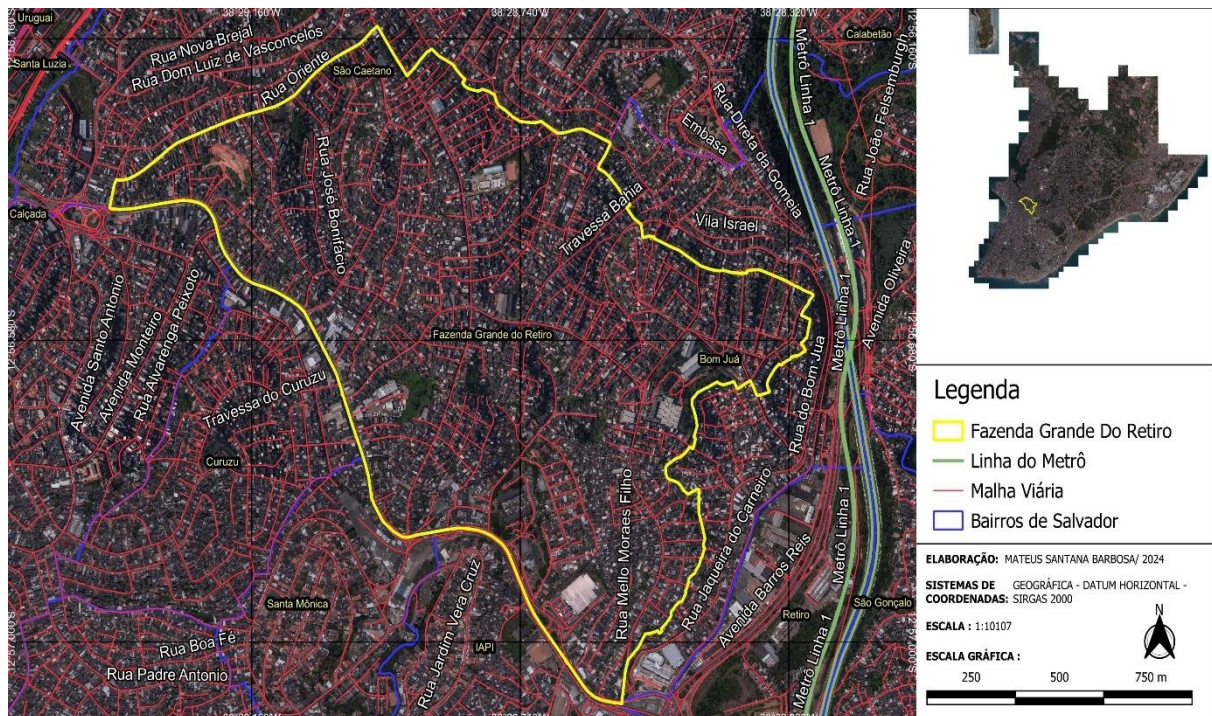
Em suma, a metodologia aplicada é a pesquisa em campo, de caráter exploratório, constituída por entrevista com uma moradora do bairro, para coleta de

perspectivas de populares que vivenciaram mudanças para o bairro de Fazenda Grande do Retiro. A revisão bibliográfica servirá para formar a base teórica e ajudar a entender as motivações e questionamentos populares.

O objeto de pesquisa é o bairro de Fazenda Grande do Retiro, com um adendo para a rua Melo Moraes Filho, que está classificada, de acordo com o enquadramento feito pela SEDUR, como uma via coletora I, ou seja, tem a função de receber e distribuir os volumes de tráfego local e de passagem em percursos entre bairros e no seu interior. É uma grande rua que corta o bairro, sendo principal contribuinte para a oferta de serviços e infraestrutura. Em 1972, é implantada a Empresa Gráfica da Bahia, sendo ponto inicial para o estudo da história do bairro até o ano de 2024, no qual será feito o mapeamento da implantação de cada equipamento urbano. Nesse período, houve constantes alterações no uso do solo, com a adesão de postos policiais, unidades de saúde e escolas na poligonal de Fazenda Grande do Retiro.

Por ser um bairro de baixa renda, políticas públicas no âmbito da infraestrutura urbana são ainda mais essenciais, mas ao longo do tempo, como a maioria dos bairros periféricos de Salvador, não houve atenção devida com olhar para a população por parte do Estado, favorecendo a uma segregação socioespacial, cujas reivindicações populares foram preponderantes para a mudança do espaço urbano, a começar pela sua rua principal, a Melo Moraes Filho.

Figura 01- Mapa de localização da Fazenda Grande do Retiro



Elaborado por Mateus Santana Barbosa com base em Sefaz (2024)

É objetivo principal desta pesquisa portanto, relacionar a mobilização popular para com a implantação de equipamentos públicos e serviços urbanos no período (1972 - 2024), em um bairro de população carente economicamente. Nesse período de análise, mudanças preponderantes constituíram em como esse bairro se consolidou sócio espacialmente.

Com isso, estruturam-se os objetivos específicos para se chegar ao objetivo final. Primeiramente, estudar o histórico das reivindicações populares no bairro da Fazenda Grande do Retiro através da revisão bibliográfica sobre o assunto, com jornais da época, e trabalhos científicos que já estudaram a localidade. Posterior a isso, mapear os equipamentos comunitários durante o recorte temporal já mencionado, tais como unidades de saúde, equipamentos educacionais, entre outros. Por fim, compreender a efetividade das mobilizações populares e os frutos coletados no espaço urbano na atualidade do bairro, e entender o papel do urbanista nesse cenário.

2. CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

Para o entendimento das cidades, seus elementos e o processo que leva à segregação, faz-se necessária a definição de conceitos considerados basilares, para posterior compreensão do contexto estrutural de Fazenda Grande do Retiro.

2.1 Espaço Urbano no contexto capitalista

O uso do solo na produção capitalista do espaço se dá pela regulação do mercado, pelo uso da renda para usufruir da utilização do espaço, e sua procura é formada por indivíduos e entidades. Segundo Côrrea (1989), as grandes empresas necessitam de grandes porções do espaço, que sejam também baratas, o que acarreta em conflitos que favorecem, em geral, aos proprietários dos meios de produção. O valor da terra é determinado pelas demandas do mercado imobiliário, e pode variar muito a depender da localização. (Maricato, 1982). Quando a finalidade da procura por solo urbano é a habitação, por exemplo, a melhor oferta de serviços públicos irá definir o preço da terra. Quando a oferta é escassa e a demanda é grande, tende-se a haver áreas segregadas socialmente, fruto de um mercado plenamente especulativo.

[...] Como a demanda por solo urbano muda frequentemente, dependendo em última análise, do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violentas, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo (Maricato, 1982, p. 23).

O espaço urbano é então, fruto de intenções que tendem a não prezar pela coletividade, pois “[...] são os políticos e não os arquitetos que impõem reflexos sobre a organização do espaço das cidades [...]” (Santos, 1988).

Os agentes urbanos, que produzem e reproduzem a cidade são, de acordo com Côrrea (1989), os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, sendo estes últimos frutos e consequências da desigualdade estrutural entre as diversas classes, convivendo habitualmente em regiões da

periferia, pois “[...] os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais” (Côrrea, 1989, p. 9). Esse espaço segregado é formado historicamente por ocupações populares que aderiram graças ao crescimento das cidades.

Para Ferrari (1982), o crescimento urbano se dá de forma difusa da periferia ou de forma controlada. O primeiro caso remete ao fato da expansão dos núcleos centrais, quando o espaço urbano passa a ocupar áreas mais ruralizadas, diferentemente da controlada, quando há uma estruturação espontânea ou planejada. O caso de alguns bairros periféricos de Salvador, tais como Fazenda Grande do Retiro, cresceram a partir dessa expansão difusa, em contraste com os núcleos centrais da cidade que detinham mais oferta de serviços e infraestrutura.

Quando as mesmas necessitam de expansão, é preciso remodelar as áreas, “[...] pois o crescimento urbano implica necessariamente uma reestruturação do uso das áreas já ocupadas [...]” (Maricato, 1982, p. 29), o que resulta em mais segmentação, pois “[...] o cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais, como as greves operárias, as barricadas e os movimentos sociais urbanos (Côrrea, 1989, p. 9). Isso ajuda a explicar o porquê de conflitos e manifestações serem mais recorrentes em áreas mais afastadas dos grandes centros.

O Estado, sendo um agente promotor da infraestrutura urbana, muitas vezes tende a pender a favor do mercado imobiliário, o que, segundo Maricato (1982), pode servir para responsabilizar o Estado pelo desnivelamento socioeconômico, privilegiando as camadas de maior renda. Mas é o mercado imobiliário que, por sua natureza especulativa a serviço do capital, tende a propor uma distribuição que valoriza áreas compostas por aqueles que podem pagar por serviços que, em suma, são gratuitos, mas só as pessoas de maior renda podem usufruí-los. Somado a isso, o Estado, cada vez mais neoliberal, e o planejamento urbano que, retido pelo capital privado, ajudam a provocar processos desiguais.

O Estado, como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenham

um importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano, e, portanto do seu preço (Maricato, 1982, p. 34).

As cidades do Brasil, como foram constituídas, apresentavam uma configuração espacial voltada ao centro, mas, de acordo com Côrrea (1989), houve um processo de descentralização multifatorial, exemplificando: o valor reduzido das terras menos ocupadas em contraste com o crescente preço das áreas centrais; o custo do uso de transportes cada vez mais aumentado, além dos grandes congestionamentos, e outros fatores. Esse processo gerou núcleos secundários e hierarquizados (exemplo: bairros conhecidos por suas lojas de esquinas) ou especializados (exemplo: ruas constituídas para atender demandas de peças para automóveis).

Ainda segundo Côrrea (1989), os núcleos secundários possuem atividades que atuam em conjunto no espaço urbano, já que “o processo de coesão pode ser definido como aquele movimento que leva as atividades a se localizarem juntas (Côrrea, 1989, p. 56). Será possível então, enquadrar a rua Mello Moraes Filho como um núcleo hierarquizado e coeso a partir da definição discorrida, em virtude das suas muitas lojas atuarem no mesmo espaço.

Cada cidade brasileira tem, geralmente, um centro principal no qual se localizam órgãos da administração pública, a igreja matriz, os tribunais, o distrito financeiro, o comércio atacadista, o comércio varejista de luxo, cinemas, teatros, etc (Maricato, 1982, p. 29).

Vale ressaltar a segregação socioespacial nesses espaços secundários, processo esse que pode requerer mobilização política por parte da população para que seus direitos sejam respeitados. O espaço em que se vive, representa o fator que resulta na precariedade da infraestrutura e serviços, sendo a periferia, a região que visualmente entende-se pela falta ou carência de aparato estatal, com residências construídas irregularmente, múltiplas vielas de difícil acesso, e entre outras situações. “[...] A segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade” (Côrrea, 1989, p. 65-66).

A segregação é dinâmica, envolvendo espaço e tempo, e este processo de fazer e refazer pode ser mais rápido ou mais lento, de modo que uma fotografia, um padrão espacial, pode permanecer por um longo período de tempo ou mudar rapidamente. A dinâmica da segregação, no entanto, é própria do capitalismo, não sendo típica da cidade pré-capitalista, caracterizada por forte imobilismo socioespacial (Côrrea, 1989, p. 69).

Sendo assim, para Côrrea (1989), a segregação funciona como uma forma de controle social, para se reproduzir e manter privilégios da classe dominante. Àqueles mais segregados, à margem do planejamento urbano, resta modelar e remodelar o espaço para garantir sua dignidade humana e bens que deveriam ser básicos na sociedade.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente a despeito dos outros agentes (Côrrea, 1989, p. 30).

Esse conceito se encaixa no contexto de Fazenda Grande do Retiro, fruto de invasões que formataram sua constituição física, que aos poucos foram modelando o espaço com serviços oferecidos pela própria população, como será visto capítulo 3.

2.2 Equipamentos urbanos/ comunitários

O que se refere às obras e serviços públicos de uma cidade, para a efetiva realização da vida em comunidade são, segundo Ferrari (2004), conceitos delineadores do que se entende por equipamentos públicos, que compõem a infraestrutura e definem a dinâmica dos agentes sociais. De acordo com a Lei Federal nº 6766/79, bens públicos, não naturais, fazem parte da forma urbana, constituem o que se entende por equipamentos comunitários, tais como estradas, ruas, praças, etc.

Pode-se dividi-los em: equipamentos públicos comunitários, sendo de interesse geral da população, como escolas, centros comunitários, postos de saúde, centros religiosos, hospitais, espaços de lazer, parques, prédios administrativos, e similares; e em equipamentos públicos urbanos, que possuem mais relação com a manutenção da infraestrutura, para realização plena das atividades urbanas, como redes de

abastecimento de água, energia elétrica, esgoto, rede de telefonia e internet, canalização de gás. São de ordem e responsabilidade do Estado. (Gelpi, Kalil, 2016). “[...] Os equipamentos urbanos comunitários inseridos no dia-a-dia da comunidade podem ser objetos de estudos para se entender as cidades em seus diversos momentos e planejamentos [...]” (Moraes et al. 2008).

Celson Ferrari (1982) define os equipamentos de forma mais estratificada, cada um correspondendo a uma função distinta nos vários escalões urbanos (unidade residencial, de vizinhança, setor e centro metropolitano) por ele definidos. Será visto no próximo capítulo, que a população de Fazenda Grande do Retiro apresenta entre 15.000 a 60.000 habitantes, de acordo com o censo de 2010. Segundo as definições apresentadas por Ferrari, em termos de abrangência populacional, o bairro se enquadra como um núcleo urbano denominado de setor, e deveria haver mínima adesão dos equipamentos urbanos necessários para abarcar esse contingente, como mostrado na tabela 01:

Tabela 01- Equipamentos mínimos correspondentes ao setor.

Equipamento	Unidades correspondentes
Escolar, cultural e religioso	Escolas de 1º e 2º grau, bibliotecas, salas de conferência, museus, galerias, templos, igrejas.
Comercial	Centro de comércio, mercados públicos, hotéis.
Social e Hospitalar	Centro de previdência, retiro para idosos, hospital distrital, psiquiatria, prontos-socorros, maternidade.
Espaços livres, estacionamento e recreios	Estacionamento público, parques arborizados, estádio distrital, jardins públicos, cemitérios, cinemas, teatros, etc.
Geral	Subprefeitura, subdelegacia de polícia, agências de correios, serviços estaduais.
Industrial	Indústrias leves e de prestação de serviços

Organizado por: Barbosa, 2024

Fonte: Ferrari (1982)

Para trazer um conceito nos termos legais, segundo a LOUOS (1984), equipamentos comunitários são definidos por sua natureza público ou privada, destinados à educação, cultura, lazer, saúde e similares. Já os equipamentos urbanos referem-se à infraestrutura urbana, como equipamentos e abastecimento de água, tratamento de esgoto, rede telefônica, dentre outros.

De acordo com o PDDU de Salvador (Lei Nº 9.069 /2016), a política urbana deve seguir aos princípios de função social, à gestão democrática da cidade e à equidade racial. No que diz respeito aos equipamentos urbanos, é legalizado o direito à infraestrutura e serviços urbanos, e objetivam elevar a qualidade de vida através do acesso à educação, saúde, lazer e moradia digna, universalizando a utilização dos equipamentos e serviços urbanos. É garantido no artigo 11, inciso IV, o acesso da população aos mesmos, sem discriminação étnica ou religiosa.

De acordo com Lamas (1993), dá-se a esses elementos o nome de mobiliário urbano, sendo importantes componentes do desenho urbano, acrescentando elementos mínimos, como sinais, postes de iluminação, bancos, cestos de papel, etc. Em suma, são estruturas morfológicas que possuem funções bem distintas, cada qual com seu nível de importância, seguindo uma ordem urbanística vigente.

Bairros periféricos, principalmente os formados em encostas e morros, tendem a não seguir ao ordenamento do uso do solo e ao desenho universal¹, pois “[...] resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças [...]” (Côrrea, 1989, p. 30).

2.3 Serviços Urbanos

Para Gelpi e Kalil (2016), correspondem à infraestrutura que segue os traçados das vias e são vitais para o bom funcionamento da vida humana. Serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água, redes de telefonia, energia elétrica,

¹ Conceito que propõe uma arquitetura voltada ao ser humano, que seja equitativa, flexível e de fácil percepção. Consultar https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf

recolhimento do lixo, transporte coletivo e aterros sanitários. A ausência desses serviços básicos implica em um espaço precário tanto no social, quanto no econômico. Quanto mais afastados dos centros, mais a demanda e precariedade por esses serviços tendem a ser maiores, pois “os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta.” (Maricato, 1982, p. 29)

Os serviços urbanos indicam diretamente o valor do solo, pois, segundo Maricato (1982), quando se nota como os serviços são distribuídos ao longo da cidade, os locais de melhores serviços e infraestrutura são compostos por pessoas de maior poder aquisitivo, enquanto que para a população de menor renda, a escassez ou ineficiência dos mesmos é presente. Esse desnivelamento é responsabilidade do Estado, por parecer favorecer locais que já são bem servidos em detrimentos daqueles que mais carecem.

O Estado, como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenham um importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano, e, portanto, do seu preço (Maricato, 1982, p. 34).

Em virtude do que foi exposto, mobilizações populares são extremamente relevantes para atender a suas demandas, pois “[...] para a ação do Estado, que implanta alguma infraestrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros [...]” (Côrrea, 1989, p. 30) o poder econômico é um fator determinante na configuração espacial das cidades.

2.4 Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo

Estabelecer diretrizes, princípios e objetivos é de incumbência do município, seguindo as características da cidade, para se efetivar a conservação e organização da ocupação do solo. No que se trata da definição do uso do solo, são as múltiplas funções para se garantir vitalidade máxima do espaço urbano através das edificações (Gelpi, Kalil, 2016).

A Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (LOUOS), lei nº 3.377/84, no capítulo I, em seu artigo 2º, define os objetivos do ordenamento do uso e da ocupação do solo:

Art. 2º - Constituem objetivos do ordenamento do uso e da ocupação do solo no Município da Cidade do Salvador:

I - estabelecer bases sistemáticas de referência e de direito, para o exercício do poder de polícia administrativa por parte da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador, em consonância com as diretrizes do processo de planejamento municipal;

II - assegurar às atividades e empreendimentos públicos e privados, condições locacionais adequadas e de definição precisa, possibilitando programações confiáveis e de implantação segura;

III - garantir e defender o valor da terra;

IV - minimizar o risco de aplicações não rentáveis de capitais públicos e particulares, em iniciativas que envolvam a separação e a destinação de unidades imobiliárias.

É definido pela mesma lei, o conceito de ordenamento do uso e ocupação do solo, como sendo a atuação intervencionista do Poder Público, objetivando a implantação e organização de diversos empreendimentos e atividades, respeitando fatores socioeconômicos, culturais, administrativos, entre outros. Mas como em muitas áreas de Salvador, o que é garantido por lei não é garantido pelas políticas públicas, em virtude de que ainda existem áreas que carecem de infraestrutura adequada para seu pleno funcionamento.

2.5 Movimentos Sociais Urbanos

Como conceito, o termo “movimentos sociais urbanos” tende a ser mais genérico, sendo as organizações da esfera urbana que englobam ações coletivas, independentemente do engajamento ou nível organizacional para tentar suprir uma demanda. Em outras palavras, quaisquer ações de grupos que procurem atender um determinado objetivo social, econômico, político, entre outros, é um movimento social. Contudo, segundo Marcelo Lopes de Souza (2021), não se pode reduzir esse conceito a algo tão abrangente quanto ações coletivas, e sim às organizações que necessitam

de criticismo objetivo perante a ordem vigente, procurando sempre questionar sobre grandes problemáticas que afligem muitas cidades brasileiras, tais como o racismo, a violência, exploração do trabalhador, entre outras. Sendo assim, movimentos sociais tem o fator de denúncia, alerta e busca por soluções e direitos, não apenas pensando em como tal problema se deu, mas em como contorná-lo em benefício da população.

O caráter emancipatório também pode vir interligado a esse conceito, mas nem todo movimento tem por objetivo a independência ou a liberdade, como exemplos as organizações nazistas na Alemanha da década de 1920 (Souza, 2021). Com isso, é notório que nem todo movimento social é moralmente adequado, a depender de seu intuito final.

Objetivos que favoreçam de fato às pessoas mais vulneráveis, são uma forma de incluir na prática tudo o que já é assegurado pela constituição federal. No Brasil, isso fora ainda mais visto com a queda da ditadura militar, quando movimentos sociais tiveram destaque por suas reivindicações, tais como o movimento pela reforma urbana na década 1980, que visava lutar contra a urbanização segregacionista, que diante da expansão urbana, não houve devido tratamento para essas regiões não integradas (Rolnik, 2012).

Movimentos desse teor social podem ser entendidos como um exemplo de democracia direta, pelo caráter popular de solucionar alguma demanda (Bitoun, 2010).

Como a elite estabelecia o que era certo e errado, grupos mais periféricos e de menor poder aquisitivo só podiam responder de uma forma, e no período de 1960-1980, a repressão inibia atos coletivos de interesse dos menos favorecidos, mas movimentos sociais, como instrumentos de tomada e reivindicação por direitos, ganharam força, com possibilidade de trocas culturais para grupos minoritários. “[...] Essas negociações culturais ganharam fôlego renovado para suas lutas sociais também quando o domínio da história eurocêntrica passou a ser questionada[...].” (Portela, 2009), como uma forma de não mais aceitar o status de pobreza e segregação estabelecidos, e buscar mais dignidade humana.

A “Festa do Lixo”, que logo mais será abordada neste trabalho, representa bem a luta de pessoas que viviam em dificuldades, seja em nível dos equipamentos urbanos, serviços urbanos, ou o uso e ocupação do solo.

Nesse contexto, como se daria o papel do urbanista como planejador e crítico das políticas públicas efetivas? Encontrar soluções que não apenas procurem replicar processos de países de primeiro mundo, mas que abordem mais veementemente esses movimentos sociais em detrimento daqueles mais classistas, pois houve resultados e bons frutos para comunidades em países de primeiro mundo que poderiam ser expulsas do espaço em que viviam (Bitoun, 2010). É papel do urbanista, assim, assegurar que todos os lados sejam ouvidos, e que as demandas de grupos mais urgentes tendem a carecer de mais atenção dos planejadores e do poder público, ao invés de focar somente na estética e reprodução de outras realidades.

O urbanismo é uma disciplina que emergiu na Europa, agenciando saberes e poderes para o ordenamento dos espaços das cidades que cresceram descontroladamente, após os novos arranjos sociais do capitalismo da revolução industrial. Essa disciplina, materializando o espírito republicano progressista positivista brasileiro, veio para o Brasil e modernizou também nossos espaços urbanos, importando primeiramente os modelos do embelezamento e do higienismo europeu. O urbanismo era, e é, uma disciplina ligada às questões estéticas das elites (Portela, 2009, p. 7).

Entender os vieses do planejador urbano, ajuda a compreender que tipo de cidade se daria na realidade, distinguindo espaços urbanos mais ou menos acessíveis.

3. FAZENDA GRANDE DO RETIRO: HISTÓRICO DE RESITÊNCIA

3.1 Aspectos históricos e demográficos

O bairro se localiza ao lado do subúrbio ferroviário de Salvador, margeando a BR 324, e faz parte, junto com outros 17 bairros, do Antigo Quilombo do Cabula. (Silva et al. 2021). Está em um morro que é cortado por uma extensa avenida de 3 quilômetros, apelidada com o nome do intelectual Alexandre José Mello Moraes Filho,

defensor das festas populares baianas. Com uma população de 53 806 habitantes, é um dos bairros mais populosos do estado, contando com a maior parte de população negra (46.478 pessoas). (IBGE, 2010)

O nome “Fazenda Grande” remonta aos antigos donos de fazenda de gado e plantações que possuíam matadouros, onde comercializavam carne para com as embarcações que chegavam na atual Ladeira do Retiro. Essas terras foram doadas e divididas em lotes por Justino Farias de Souza, um dos proprietários na época. Seu adensamento populacional é relativamente recente, datado da década de 1970, quando não havia muitas casas, e o êxodo rural para a capital do estado promovia o boom em sua população. Com o tempo, muitas pessoas interioranas ou de baixa renda de Salvador, que procuravam oportunidades melhores de vida, ocuparam o território das antigas fazendas, sem planejamento ou auxílio estatal.²

Historicamente, o bairro representa uma significativa resistência para com o desamparo estatal, através de festas e mobilizações, como a Festa do Lixo, e reivindicações populares, tais como a rádio comunitária e as associações de moradores que, segundo Santos (2018), foram enfraquecidas graças às políticas assistencialistas do governo. É de se ressaltar também, como sua população se mobilizou para impedir a instalação de uma agência do BANEBA (Banco do Estado da Bahia) na década de 1980, pois, no momento, careciam de um centro de saúde e, portanto, as pessoas se agruparam no Largo do Tanque e vaiaram a comitiva de inauguração, mas a polícia reprimiu violentamente os atos.

Essas lutas urbanas eclodiram pelo Brasil, representando os anseios populares pelo respeito aos seus direitos (Santos, 2018). Isso ajudou a construir uma identidade para um local periférico e de baixa renda, onde os moradores lutavam pelo direito ao lazer, coleta de lixo e títulos de posses de terra.³

² consultar http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=7&cod_polo=107

³ consultar <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/fazenda-grande-do-retiro>

Figura 02- Rua Mello Moraes Filho, 1960



Fonte: fazgrandedoretiro, 2013

A ocupação se deu sem respeitar as normas urbanísticas vigentes, o que levou a uma configuração de bairro com problemas sociais, econômicos, e de infraestrutura, que foram alterando o espaço com passar do tempo, pois “o crescimento urbano implica necessariamente uma reestruturação do uso das áreas já ocupadas” (Maricato, p. 29, 1982). Segundo o Censo Demográfico de 2010, tinha a maior parte de pessoas vivendo em favelas, constituindo a quarta maior favela da Bahia (IBGE, 2010).

Como exemplo a esse processo, dona Jaqueline Freitas de Souza relata que aos poucos, os moradores foram construindo suas casas em Fazenda Grande, com a ressalva para a unidade de vizinhança conhecida como Vila Natal, onde ela informa como este local foi fruto de múltiplas construções populares, sem haver ordenamento urbanístico ou venda de terreno. Naquela época, a arborização era mais predominante, favorecendo a uma infância mais perto da natureza.

“Em frente a nossa casa, havia uma fazenda, bem arborizada, muitas árvores, mangas, bananas, tudo o que vocês possam imaginar de frutíferos tínhamos aqui. Então o local onde vivíamos pra brincar, sem medo, sem perigo nenhum

de curtir e vivenciar nossa época.” (Entrevista com Jaqueline Freitas de Souza, 01/12/24)

O esgotamento sanitário, segurança, iluminação, acesso a serviços, foram moldados conforme as gestões municipais iam tendo um olhar voltado ao aspecto social. “Os grupos sociais excluídos têm como possibilidade de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade [...]” (Côrrea, 1989, p. 29), o que ajuda a explicar a densidade demográfica e a disposição das habitações em bairros como Fazenda Grande.

A entrevistada, moradora e nascida no bairro, dona Jaqueline Freitas de Souza, 64 anos, relata sobre a infância vivida na década de 1970, onde não havia numeração de casa, não havia escolas, a rua era de barro, por onde passavam carroças, bicicletas, cavalos, não havia quase morador algum, tendo características mais rurais. A luz elétrica era quase inexistente, logo, os moradores se utilizavam de candieiro para suprir a falta de luz. Em resumo, os serviços e equipamentos urbanos considerados básicos aos olhos dos gestores e planejadores, eram escassos ou não estavam presentes na infraestrutura de Fazenda Grande daquela época.

Tal como a experiência do aglomerado de Vila Verde, localizado no miolo de Salvador, os habitantes também não usufruíam de serviços básicos, como acesso a água, posto médico, escola, posto de polícia, transporte público, entre outros (Nunes, 2006). O emprego informal era a mínima resposta à realidade de baixa renda, além do teor participativo da população em chamar a atenção do Estado através de mobilizações, semelhante à Fazenda Grande, como será explanado posteriormente.

A instalação da Empresa Gráfica da Bahia (EGBA) em 1972 foi um divisor de águas na história do bairro, e a partir daí, algumas mudanças ocorreram, como a instalação de agências bancárias, bem como o desenvolvimento de diversos comércios pessoais, que suprem as demandas no entorno, o que serão objeto de estudo para este trabalho.

3.2 Principais equipamentos implantados

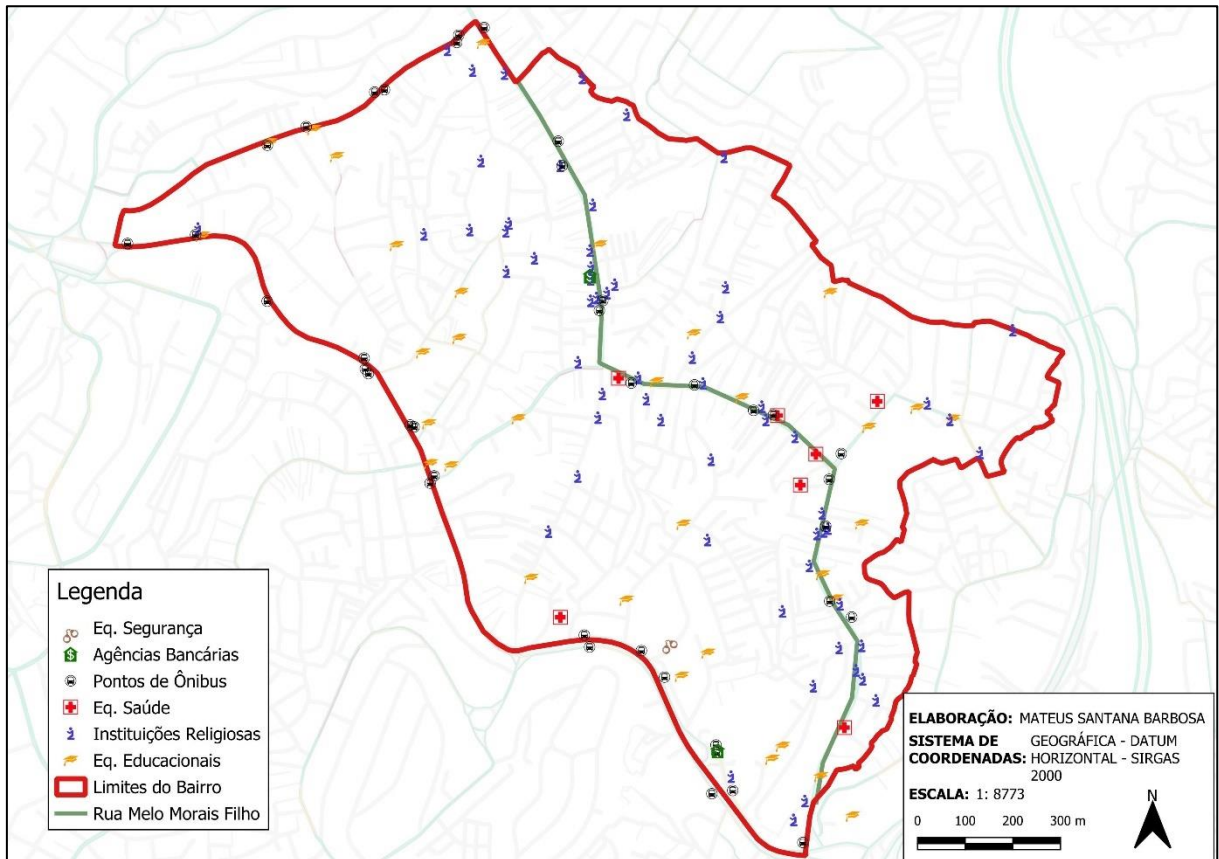
Neste tópico, destacam-se os equipamentos comunitários levando em consideração seu nível de abrangência, e que de alguma forma moldaram como os populares se relacionam com o local de vivência. Vale o adendo de que muitos empreendimentos são de iniciativa familiar, tais como o mercadinho Souza, barbearias, escolas, lojas de eletrônicos, restaurantes, entre outros. Comparativamente a bairros de classe média, por exemplo, marcas maiores são encontradas, e atendem à população de maior poder aquisitivo, como revendedoras de carro, joalherias, redes de franquias, entre outros.

De acordo com o jornal Bahia Hoje, os equipamentos comunitários na década de 1990, assim eram distribuídos: 4 equipamentos educacionais, 1 equipamento de saúde, inexistência de postos policiais nem equipamentos de lazer, com grande defasagem na coleta de lixo, no abastecimento de água, no asfaltamento, demonstrando grande disparidade em como o bairro se configura atualmente.⁴

O mapa a seguir é fruto de um levantamento dos equipamentos urbanos pelo perímetro do bairro, no ano de 2024. A grande maioria está configurada na rua Melo Morais Filho. Observa-se a presença de centros odontológicos, restaurantes, academias, lojas de eletrônicos, barbearias, escolas, entre outros, embora tenha relativa difusão dos equipamentos e serviços em trechos mais externos à Melo Morais. Porém, agências como a da Caixa Econômica Federal, a escola Dom Avelar, a Casa do Museu Popular da Bahia, que são alguns dos mais conhecidos equipamentos, seguem o curso da rua principal.

⁴ Consultar: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Bairros/Fazenda_Grande_Retiro

Figura 03- Localização dos Equipamentos Comunitários



Elaborado por Mateus Santana Barbosa com base em Google Maps (2024)

Foram detectados 33 equipamentos educacionais, 7 equipamentos de saúde, 60 instituições religiosas, tendo maior variedade de cunhos religiosos, 2 agências bancárias e um equipamento de segurança. É nítida a transformação em termos de infraestrutura quando se compara a década de 1990 com o ano de 2024. Parte dessa transformação se deveu as mobilizações populares como será visto mais à frente.

Em se tratando de equipamentos educacionais, a escola SESI (Serviço Social da Indústria) Reitor Miguel Calmon se destaca pela sua infraestrutura, sendo um importante instrumento da educação para estudantes a partir do 6º ano do ensino

fundamental ao 3º ano do ensino médio. Foi fundada em 1969 e reinaugurada em 2016.⁵

De acordo com Freitas (2023), a instalação de um centro educacional de grande nível como o SESI, no local do antigo matadouro, não foi ao acaso, graças à modernidade e municipalidade. O relato da entrevistada ajuda a confirmar a importância de uma estrutura como o SESI em um bairro de baixa renda:

“O quanto vem ajudando essas crianças, a gente precisava dessa estrutura de escola que desse uma base mais segura, dando possibilidade de crescimento para essas pessoas que querem crescer, fazer suas faculdades, e acho que o Sesi, se todas as escolas seguissem o ritmo de ensino, a gente sabe o quanto as coisas iriam melhorar!” (Entrevista com Jaqueline Freitas de Souza, 01/12/24)

Figura 04- Escola SESI do Retiro



Fonte: Jornal O Globo

Há muitas outras escolas dentro da poligonal do bairro, como a Escola Estadual Dom Avelar, o Colégio Estadual Bento Gonçalves, Colégio Estadual Dois de Julho, entre outros (Freitas, 2023). Segundo relatos de alguns moradores, a SESI se destaca pela sua iniciativa e infraestrutura. Dona Jaqueline Freitas de Souza destaca as

⁵ Consultar <https://www.escolasesiba.com.br/nossas-escolas/salvador-retiro/>

escolas mais conhecidas pela comunidade, revelando o quão o aparato educacional se desenvolveu positivamente ao longo das décadas:

“Mas a nossa escola Dom Avelar aqui, eu acho que muitos pais buscam botar seus filhos, por que a gente vê, não só os diretores, como os próprios professores, eles motivam bastante essas crianças, a crescer, a buscar se desenvolver, eles trazem muitos projetos, não a Dom Avelar, mas também a Dois de Julho, a Bento Gonçalves, a escola Anamélia, que é uma escola particular!” (Entrevista com Jaqueline Freitas de Souza, 01/12/24)

O bairro conta também com a Casa do Museu Popular da Bahia, localizada na Melo Moraes Filho, inaugurada em 2 de junho de 2022 para servir como centro cultural organizado por grupos conhecidos como “Pombagem” e “Arte Marginal Salvador”. O estabelecimento parte da premissa de educar e dialogar nas ruas, principalmente com os mais jovens, sobre a história e patrimônio cultural do bairro. Em suas paredes, cartazes recontando os eventos da “Festa do Lixo” são símbolos de conhecimento passado, como uma forma de se estudar a importância de um movimento social.⁶

Em novembro de 2024, estudantes de 6 escolas públicas puderam visitar o local para conhecerem a história do bairro e participarem de atividades variadas, como música, grafitti, teatro de rua, e outras performances. Esse projeto obteve apoio financeiro da Fundação Gregório de Mattos, além da ajuda municipal e federal.⁷

⁶ Consultar <https://portal.fiocruz.br/noticia/coletivo-da-periferia-brasileira-de-letras-inaugura-casa-do-museu-popular-da-bahia-0>

⁷ Consultar <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/estudantes-visitam-casa-do-museu-popular-da-bahia-ate-novembro-no-projeto-arte-de-rua-nas-escolas-0824>

Figura 05- Casa do Museu Popular da Bahia em Fazenda Grande do Retiro



Fonte: Street View, 2022

Sobre creches, há a Associação Beneficente Creche Escola e Ensino de Arte e Cultura Aprendendo Aprender (ABEAC), uma entidade de natureza jurídica privada destinada ao ensino infantil, localizada na rua Melo Moraes Filho e implantada em 2017⁸.

As agências bancárias detectadas foram as da Caixa Econômica e Bradesco. A agência do Bradesco fechou em 2023, junto com outras cinco na capital, sem motivos explicados, sobrecarregando outras agências⁹. A Caixa é responsável por diversas operações financeiras, sendo um serviço muito importante no que tange poupanças, empréstimos, títulos financeiros, etc. Somado a isso, considerando o contexto de violência que o bairro sempre se manteve, várias foram as tentativas de roubos e explosões a caixas eletrônicos¹⁰.

⁸ Consultar <https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/1270238>

⁹ Consultar <https://feebase.com.br/site/destaques/bradesco-fecha-seis-agencias-em-salvador>

¹⁰ Consultar <https://www.correio24horas.com.br/salvador/bandidos-atacam-agencia-da-caixa-na-fazenda-grande-do-retiro-0922>

É notório que embora alguns serviços cheguem a bairros carentes por recursos, a violência toma novos alvos, novas formas de atuação, fazendo a relação desse serviço e o policiamento mais intenso, quase intrínsecos, para evitar danos ao patrimônio e a vida em comunidade.

Sobre os postos policiais ou similares, um posto da guarda civil municipal está implantado na avenida General San Martins, embora segundo Dona Jaqueline Freitas de Souza, o policiamento e a falta de segurança são um dos maiores impasses para conviver em um ambiente melhor estruturado.

Quanto aos equipamentos de saúde, é localizada a USJ (Unidade de Saúde da Família) Jaqueira do Carneiro, cujo atendimento é ambulatorial e gratuito¹¹. A UPA San Martins 24 horas é referência nesse quesito, tendo sido implementada em 2014, o que ajuda a elucidar que serviços de saúde mais eficientes chegaram tardiamente no bairro. Possui serviços diversificados, tais como raio-x, ecocardiograma, ultrassonografia, etc.¹²

Durante a entrevista, é mencionada a fábrica denominada “Poliflex”, que após a saída desse empreendimento, por muito tempo sofreu invasões por pessoas citadas como “pessoas de vida livre” por dona Jaqueline Freitas de Souza, sem ter conhecimento do porquê essa estrutura deixou de ser uma fábrica. Todavia, poderia servir como um outro posto de saúde, ou mesmo um hospital que fosse acessível para maior parte da população do bairro, que é de baixa renda. Atualmente, o terreno oferece diversas atividades esportivas para pessoas de mais idade, o que foi, segundo a entrevistada, inesperado e relevante para a saúde física e mental.

¹¹ Consultar <https://cetadobserva.ufba.br/pt-br/usf-jaqueira-do-carneiro>

¹² Consultar <https://upasanmartin.med.br/quem-somos/>

Figura 06 – Antiga Poliflex, permanentemente fechada, localizada na rua Melo Morais Filho



Fonte: Street View, 2022

Demais equipamentos a serem considerados, são bem distribuídos conforme a figura 3, tais como barbearias, lojas de eletrônicos, restaurantes, farmácias, embora se note um maior volume de concentração na Melo Morais Filho. Foram mudanças gradativas que configuram o espaço como ele é concebido no tempo presente a esta monografia, como retrata dona Jaqueline Freitas de Souza: “[...] então a gente vê o quanto isso aqui cresceu, inúmeras igrejas, de tudo o que a gente pode imaginar, você encontra churrascaria, a gente tem posto médico, tínhamos aqui há mais ou menos 10 anos o Bradesco, tínhamos o Banco do Brasil [...]”.

3.3 A “Festa do lixo” e demais reivindicações populares

3.3.1 Objetivos, resultados e relevância da “Festa do Lixo”

Como fora abordado, a formação da Fazenda Grande do Retiro se deu por ocupações informais, sem amparo do Estado para atender às condições básicas de subsistência. Este tópico destina-se a analisar como se formou uma mobilização que foi muito importante para constituição desse bairro na atualidade, conhecida como “Festa do Lixo”, seus objetivos, motivações, *modus operandi*, e tempo de existência.

Figura 07 – Rua Melo Morais Filho na década de 1960



Fonte: Souza, 2018

Pelas várias ocupações no morro e em suas encostas, não houve planejamento ordenado que objetivasse suprir direitos básicos para as pessoas, resultando em infraestruturas precárias, parcial ou total ausência de equipamentos e serviços urbanos extremamente importantes para a vida humana, como postos de saúde, escolas, áreas de lazer e saneamento básico. Este último, vale o adendo em virtude do risco à saúde pública. Pela ausência de coleta de lixo adequada, os restos se acumulavam, sendo a mobilização popular o único recurso para reivindicar seus direitos (Santos, 2018).

No ano de 1975, em plena repressão militar, moradores da rua Melo Morais Filho se agruparam, munidos de pás, picaretas e carrinhos de mão, e movimentaram montanhas de lixo acumulado para a frente da recém instalada Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), como forma de chamar atenção da prefeitura para o descaso que rondava aquelas pessoas. Esse ocorrido chamou a atenção dos jornais, como o Jornal A Tarde, demonstrando como esse evento marcou a época. Pouco tempo depois, o lixo é removido, e os responsáveis pela iniciativa incentivam a população a repetir o ato, através de escritas no muro da EGBA. Coincidentemente, a data de ocorrência

desse momento histórico se deu com a independência da Bahia, em 02 de julho, já que um dia antes, a chuva impossibilitou o ato de se concretizar (Santos, 2018).

A “Festa do Lixo” não representou apenas um movimento isolado e local. Ela pode ser compreendida como um ato político que questionou a legitimidade das ações de um governante que, além do poder político, tinha em suas mãos o poder da repressão. Mesmo frente a tal condição, os sujeitos envolvidos nesse movimento social não desistiram de investir nas cobranças dos seus direitos (Santos, 2018, p. 33).

É de se questionar, qual seria o direcionamento para as pessoas em situação de desestruturação econômica e habitacional, caso não houvesse essa movimentação que chamou atenção dos jornais da época. O cenário, possivelmente se manteria, ou até se agravaria, pois, a segregação socioespacial é uma forma de controle social (Côrrea, 1989), e a normalização da pobreza extrema em áreas periféricas e mais precárias seria ainda mais disseminada.

Para Santos (2018), a Festa do Lixo é um legítimo movimento social, pelo seu teor de insatisfação popular, buscando assegurar direitos básicos, e que não eram respeitados. Sendo assim, esse movimento social nasceu para resolver uma problemática imediata, e assim se seguiu, em 02 de julho de 1976, quando os moradores se uniram para repetir a ação, como um ato simbólico de continuidade e resistência e assim se manteve, por dez anos, como uma forma de identidade, como lembrança histórica das lutas pela infraestrutura urbana adequada. Dona Jaqueline Freitas de Souza traz à luz suas lembranças e perspectivas do evento, e levanta elucubrações sobre o que é um movimento social, não se tratando de uma ferramenta que substitui uma política pública por exemplo, mas algo para se chamar a atenção dos gestores para se chegar a uma resolução de um problema. Não se pode, portanto, esperar que uma mobilização popular seja efetiva no que se propõe e que trará garantias de resultados, mas que sim, demonstra a capacidade da Sociedade Civil de se organizar e se comunicar com o Estado de forma objetiva.

“Essa era uma festa que eu não sei se trouxe verdadeiramente consciência, trouxe em parte, por que eu ia mais meu pai para a festividade, e engraçado

que quando eu participava, eu não entendia o porquê dessa Festa do Lixo, mas depois eu fiquei sabendo que era realmente trazer essa consciência ao povo, de se educar, o nosso bem estar diante da moradia que a gente escolheu! Então hoje, eu não consigo entender porque todos os pontos que estão focados na coleta do lixo estão em pontos de escolaridade!” (Entrevista com Jaqueline Freitas de Souza, 01/12/24)

A figura 08 revela como esse evento marcou as redes de comunicação da época, e como o 2 de julho era comemorado de formas distintas pela população de Fazenda Grande e os demais bairros de Salvador. A situação de precariedade foi sendo destacada para trazer à tona a inoperância do Estado nesse bairro. Mesmo com a presença de sociedade de bairro, não havia buscas por soluções, cabendo aos moradores se organizarem, e se manifestarem da forma como puderam. Após muita insistência, caminhões de lixo se dirigiram para recolher todo o lixo depositado.

Figura 08- O impacto da Festa do Lixo nos meios de comunicação da época (1976).



Nesse cenário é nítida a forma com que os agentes urbanos se diferenciam e possuem interesses muitas vezes divergentes. Esses agentes, de acordo com Santos (1988), são representados pelo governo, nesse caso, a prefeitura de Salvador, empresas, tais como a EGBA, e a população, segmentada em diversos grupos.

Idealmente, os interesses gerais deveriam, em suma, promover o avanço em diversos aspectos na cidade, sendo o poder público, aquele capaz de fazer valer a lei e aplica-la, as empresas para prover recursos financeiros, e o cidadão comum, que pode e deve exercer seu direito de atuação na cidade. E foi como as pessoas se organizaram quando os interesses eram desequilibrados (a total falta de apoio ou atenção para as pessoas que viviam em um ambiente insalubre por parte da prefeitura).

Certamente, o contexto da época, embora a repressão militar estivesse em queda, ainda havia o poder de polícia que excedia os limites aceitáveis, pois “[...] o bairro da Fazenda Grande do Retiro era tido como reduto oposicionista devido à participação e engajamento de militantes clandestinos, opositores do regime militar [...]” (Santos, 2018).

À época, Antônio Carlos Magalhães era governador da Bahia, aliado do regime militar desde o início do seu mandato, em 1979, e já vinha com a proposta de conquistar e cooptar a oposição, oferecendo infraestrutura para o evento da Festa do Lixo que já era recorrente como forma de memória e resistência, porém não obteve êxito (Santos, 2018).

Isso pode demonstrar como uma população mais crítica do espaço urbano em que vivem, podem reconhecer tentativas falhas de manipulação, como define Arnstein (s/n), a maneira com que o Estado pode remodelar ou ocultar informações para conquistar apoio popular, oferecendo soluções rápidas para problemáticas complexas, distorcendo ou subvertendo a participação cidadã na tomada de decisões.

É interessante realizar um trabalho imagético, pensando em uma situação na qual as pessoas não possuíssem um censo mínimo de consciência política nesse cenário, e simplesmente acatassem decisões tomadas por pessoas que não

conviviam, empiricamente, com a falta de serviços e equipamentos urbanos em Fazenda Grande. Apesar de que em 2024, o bairro ainda apresente defasagens de renda e outras problemáticas, o resultado desse cenário hipotético poderia ser a reprodução contínua de como o bairro foi concebido, ou seja, a perpetuação da ausência total ou parcial de serviços fundamentais, tais como o saneamento básico.

Por isso esta monografia se apoia em um paradigma de controle cidadão, onde a Sociedade Civil organizada seria responsável por certa tomada de decisões, como uma corporação comunitária, buscando autonomia, como exemplo decisões sobre as escolas do bairro, e o Estado forneceria o apoio financeiro necessário nessas ações de vizinhança (Arnstein, s/n).

É notório também, como que em tempos de repressão massiva aos opositores, os interesses entre população e governo são desalinhados, e uma forma de tentar manipular ou suprimir revoltas populares, é por meio de associações favoráveis ao governo.

Antes da eclosão das mobilizações populares de bairro, em 1966 era fundada e registrada no Diário Oficial, a Associação Beneficente Educativa Recreativa Unidos da Fazenda Grande, formada por moradores mais conservadores, com o intuito de melhorar o bairro de forma legalizada, fornecendo assistência social. Por isso, não havia perseguição por parte dos militares. Conclui-se que esse não poderia ser considerado um movimento social legítimo, por ser conivente com um estado de exceção (Santos, 2018). Mas ainda assim, teve sua importância como um mediador entre o Estado e a população.

Ainda, segundo Santos (2018), somente em 1978 a associação viu o estado militar repressivo como opositor, com sua nova presidência de teor político de esquerda. É notório o contraste entre esses dois fenômenos, a associação beneficente, à margem de sua implantação em 1966, e a Festa do Lixo. Enquanto que o primeiro tinha o objetivo de fachada de melhorar o ambiente em que viviam, a outra tinha legitimidade por ser um anseio real da população, que entendia que, naquele momento, a falta de saneamento básico era algo de extrema urgência.

Por dez anos, de movimento social, a Festa do Lixo se tornou um evento corriqueiro, mas encontrou um derradeiro e violento fim em 1985, quando forças militares impediram o procedimento do evento, dando espaço a associações guiadas pelas políticas assistencialistas do governo pós-redemocratização. Esse processo promoveu a funcionalidade de resolução de problemas individuais, removendo o teor coletivo que a Festa do Lixo possuía (Santos, 2018). Então, apesar da extinção desse movimento, ao se realizar a entrevista com dona Jaqueline Freitas de Souza, se torna evidente que se tornou uma identidade cultural para os moradores do bairro:

“A estrutura daqui do nosso bairro, acho que muita coisa traz orgulho pra gente! O que poderia melhorar, e a gente sabe que educar o ser humano é muito complicado. A educação na verdade começa no seio familiar, é como você educa seus filhos em relação à própria limpeza, higiene... então você vê aí em frente a essa casa, a quantidade de lixo! Deveria começar a Festa do Lixo aqui, um local que é essa estrutura que é a escola!” (Entrevista com Jaqueline Freitas de Souza, 01/12/24)

Entende-se, com tudo isso, a importância de um movimento social, porém, não basta somente haver união comunitária. Diante de um Estado que não atende às necessidades básicas para se viver em sociedade, a educação também é um serviço essencial para moldar e guiar as próximas gerações sobre seus direitos e deveres, buscando formas de reagir e resistir.

A Festa do Lixo serviu para chamar a atenção das autoridades sobre um problema estrutural. Nos anos mais atuais, há coleta de lixo, sendo que como dona Jaqueline Freitas de Souza relatou, há o acúmulo de lixo em frente às escolas, o que, segundo ela, demonstra a falta de coesão da comunidade em respeitar o espaço urbano pois, mesmo com melhores serviços sendo ofertados em Fazenda Grande, o fator educacional ainda segue sendo um desafio a ser superado, deveres cidadãos de depositar seus resíduos em locais e horas apropriadas.

“Só as pessoas com boa vontade, sabemos que muitas pessoas têm uma visão ampla, ver o que a Fazenda Grande poderia resultar, ter um resultado que fosse ajudar a população, a gente sabe que muitas pessoas estão lutando para isso! A gente sabe também, que as coisas não são tão fáceis! O

desejo da minoria que seja, é uma luta que é árdua!” (Entrevista com Jaqueline Freitas de Souza, 01/12/24)

Somado ao fator educação, ela complementa que ainda há carência por maiores e melhores estruturas de saúde, bem como a falta de segurança. Viaturas policiais patrulham as ruas com uma frequência que ainda não leva a sensação de segurança à população. Somente é movido um grande contingente de policiais quando há ocorrências mais sérias.

3.3.2 Análise das principais reivindicações por equipamentos comunitários

Em 1982, a prefeitura de Salvador cataloga os bairros de população carente para formação de um banco de dados, para auxiliar o planejamento urbano e reduzir as disparidades entre as intervenções da prefeitura e as necessidades da população, como bem fora demonstrado no caso da agência do BANE. Para se chegar a essa finalidade, a prefeitura elaborou projetos intervencionistas baseados nas reuniões organizadas com líderes das associações e os moradores dos 3 núcleos principais de Fazenda Grande do Retiro: Fonte do Capim, Bom Juá e Jaqueira do Carneiro. (Coordenação de Desenvolvimento Social, Prefeitura municipal de Salvador, 1982)

À época, o bairro contava com 4 associações representativas, duas em Bom Juá, uma na Jaqueira do Carneiro, e uma no núcleo principal de Fazenda Grande. Pela defasagem de serviços educacionais, em nível de 2º grau, uma das maiores queixas das associações, era o déficit de 5.725 vagas aproximadas. O esgotamento nas vias de pedestres, iluminação pública, alteração das vias de pedestres para vias de serviços, e o tratamento das laterais das vias de pedestres.

Essas reivindicações ajudam a compreender a importância das mobilizações populares para uma intercomunicação com o Estado, integrando o planejamento urbano de forma participativa. Para responder a esses anseios, a prefeitura organizou e desenvolveu projetos que não atenderam à todas as necessidades, em virtude do limite financeiro. Todo o andamento dos projetos foi fiscalizado pelos próprios moradores, que discutiam a implantação de vias de serviços em determinadas ruas, sendo algumas não aceitas pelos moradores.

Uma associação que se sobressaiu na plena organização popular, fora o Centro Social Fraternidade Baiana, da comunidade de Bom Juá, se reunindo frequentemente com a população, informando e fazendo o papel de mediação com o poder público. Muito do que se constitui a infraestrutura do bairro atualmente, se deveu em boa parte, à participação ativa dos cidadãos e associações na tomada de decisões, em conjunto com os planejadores urbanos.

A figura 09 traz um recorte da Tribuna da Bahia, em 1991, relatando o teor organizacional dos líderes populares no que diz respeito às festividades e construções planejadas pelos próprios moradores, como a Igreja de Nossa Senhora da Libertação. Apesar de grandes problemas estruturais, a população demonstra resiliência ao promover mutirões, feiras, manifestações culturais e eventos esportivos. Embora o poder público não ofereça respostas devidas aos maiores problemas do bairro, as pessoas sempre procuram se organizar e se manifestar a cerca da falta saneamento, da insegurança, e da insuficiência educacional e de equipamentos de saúde.

Figura 09 - Mobilização popular na manchete da Tribuna da Bahia, em 1991.

População mobilizada torna o bairro agradável



Falta de infra-estrutura é superada pela atividade incessante dos moradores

Mauricio Sotto Maior

“Aqui o povo se conhece mesmo!”. Quem ouve algum morador da Fazenda Grande do Retiro dizer esta frase não imagina os graves problemas de infraestrutura característicos de bairros formados a partir de invasões. Porém, apesar dos problemas, quem convive com a comunidade local, mesmo por em breve espaço de tempo, se surpreende com a disposição dela em fazer do lugar um bairro agradável. “A Fazenda Grande está carente, mas não está imobilizada”, explica Aloisio Machado da Silva, líder comunitário que mora no local há 25 anos. São mutirões, gincanas, eventos esportivos, festas e manifestações culturais que mobilizam grande parte dos quase 100 mil habitantes, em função das necessidades de lazer, cultura, habitação e saneamento básico. Um exemplo é a Igreja de Nossa Senhora da Libertação, na Baixa do Cacau, que comemora o primeiro aniversário com uma grande festa no próximo final de semana. “Foi bonito ver a comunidade, em mutirão, construir a igreja”, comenta o padre Sérgio Merlini, que de-

senvolve trabalhos no local há 22 anos. A igreja de Nossa Senhora da Libertação, sede da paróquia da Fazenda Grande, fica no Alto do Peru, onde periodicamente acontece a Feira da Comunidade. “Os moradores se reúnem para vender objetos e alimentos doados. A renda é revertida para as obras assistenciais ou para ajudar alguns moradores em dificuldades”, explica Maria Aparecida Alves Marx, vice-diretora da Escola Dom Avelar Brandão Vilela, uma das mais antigas do bairro.

Festas — Além dos mutirões para a melhoria da qualidade de vida a Fazenda Grande do Retiro também pode se orgulhar de ter, talvez, o maior calendário festivo entre os bairros de Salvador. Os pontos das festas são: o Ponto do Farol, o Largo da Fazenda Grande, a Rua Pedro Araújo e a Rua 15 de Agosto. Todo 2 de julho é festejado com a Lavagem da Fazenda Grande, com grupos de samba locais, o afoxé Filhos de Gandhi e vários blocos desfilando pela Rua Melo Moraes Filho. Em setembro passado, a comunidade organizou a 1ª Maratona da Independência, garantindo o sucesso para o próximo ano. “Com dinheiro ou não, o pessoal aqui se diverte”,

completa Aloisio Machado. “Isso sem falar nos eventos esportivos”.

Na Fazenda Grande existem 22 times de futebol que se revesam em quadrangulares no campo da Empresa Gráfica da Bahia ou no do Arenoso, na Brasílgas, que muitas vezes é alugado pela comunidade. “Nós temos, ainda, academias de capoeira como a 1º de Maio e a Asa Dourada, Box e, a partir deste ano, o atletismo vai emplacar”, acrescenta Machado, um dos maiores agitadores do bairro, responsável pela promoção de torneios de futebol, dominó, gincanas e eventos inusitados como ‘Festival de chopp regado à capoeira feminina’ e a “Festa dos Coroas”, no Colégio 2 de Julho. Se o bairro é carente de áreas de lazer, o esporte ganha as ruas onde são improvisadas quadras de vôlei, futebol e pistas de skate. “A população pode ser de baixa renda, mas em termos de manifestação popular nós somos ricos”, completa Machado.

Fonte: Fundação Mário Leal Ferreira, 2021

Conhecer a história desse bairro traz reflexões sobre como a inoperância do Estado promove um espaço conflitante, porém cujo populares precisaram se movimentar, protestar e criticar, esperando a resposta do poder público para sanar as deficiências estruturais do bairro. Organizar associações de bairros, levar suas demandas para espaços de decisão política, são formas de existir e tentar superar a segregação socioespacial, diminuindo a falta de coesão entre as autoridades e a

Sociedade Civil. É o que se espera nas tomadas de decisão, entender e dialogar para quem vive tal realidade.

CONCLUSÃO

Legislações, instrumentos legais, políticas públicas, são aparatos que o urbanista deve analisar para promover o bem-estar social. Somado a isso, ouvir os populares, seus anseios, perspectivas, opiniões acerca do espaço urbano em que vivem, ajudam a construir uma sociedade participativa, procurando sempre evitar manipulações, sempre tão presentes nas discussões entre o poder público e a sociedade. Atender sempre que possível, os interesses das partes ouvidas, visando a melhoria da vida coletiva, incentivando a autonomia, o criticismo e o conhecimento para a geração atual e as futuras, assim deveria ser fundamentado o urbanismo, bem como formular projetos e políticas públicas participativas, que fomentem ao desenvolvimento urbano.

Como visto, movimentos de cunho social, que procurem chamar atenção para determinada problemática, se mostram moldadores do espaço urbano, dando um passo inicial para que o Estado cumpra sua função de fornecer serviços e em equipamentos urbanos, mesmo que indiretamente, como visto na Festa do Lixo, ou tentando demonstrar insatisfação com alguma medida do governo, como quando os populares se uniram para tentar fazer com que o Estado respondesse ao que eles necessitavam naquele momento, ou seja, uma unidade de saúde.

Cada equipamento e serviço urbanos possuem sua identidade própria e importância de fato, não há questionamentos sobre isso. Contudo, há de se entender, no cerne do que se acredita esta monografia, a base que sustenta as sociedades, formada por uma educação, saúde e segurança eficazes e efetivas, pois não basta incentivar o embelezamento da cidade, por exemplo, e não resolver ou amenizar problemáticas tão basilares.

Com isso, novamente, não quer dizer que uma cidade mais bonita, fisicamente falando, não deva ser um objetivo a ser alcançado, é muito importante que as pessoas se sintam pertencentes, acolhidas de acordo com suas crenças e culturas, mas não

adianta embelezar um espaço, se ele não possuir escolas de qualidade, unidades de saúde eficazes, ou postos policiais que promovam a segurança geral.

Metaforicamente a isso, é como a construção de uma casa. Não adianta possuir um telhado robusto, sofisticado, resistente, de cores vibrantes e chamativas, se as colunas e o chão são completamente ultrapassados, quebradiços, inseguros e insalubres.

Fazenda Grande do Retiro é conhecida, historicamente, como um bairro de constante violência, precariedade em infraestrutura, mas cuja população teve em mãos, o poder de alterar o espaço em que viviam. De um bairro nascido da expansão urbana de Salvador, programado para receber a camada mais pobre, que não possuía quase nenhuma infraestrutura adequada, o local de vivência sofreu muitas alterações. Múltiplos fatores são a causa desse fenômeno. É possível dizer que, os movimentos pela reforma urbana, o enfraquecimento da repressão militar, foram lentamente moldando o status quo.

Certamente, não há de se dizer que as cidades são 100% eficazes, mas muito se melhorou, graças à mudança de paradigmas, de um pensamento onde o governo atendia primariamente aos interesses dos mais afortunados, para um tempo em que, apesar de existirem múltiplos problemas urbanos, os que antes eram invisíveis, tiveram, nem que por um momento, a devida atenção.

Atualmente, o bairro de Fazenda Grande do Retiro é mais bem servido de escolas, unidades de saúde, creches, policiamento, praças, restaurantes, farmácias, barbearias e lojas de diversas categorias. Antes quando era preciso atravessar a cidade para levar o filho para o colégio central, por exemplo, se tornou algo mais palpável e plausível. Quando a população se mobiliza acerca de quaisquer questões, há maiores possibilidades de se comunicar com o Estado e melhorar o espaço urbano em que se vive.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. **ABNT**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 16-163, set./2015. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. p. 4-13.

BITOUN, Jan. Movimentos Sociais Urbanos e Trajetória do Urbanismo. **Cidades**, Pernambuco, v. 7, n. 11, p. 67-77, abr./2010. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12225/7871>. Acesso em: 28 mai. 2024.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 5-94.

CORREIO. **Bandidos atacam agência da Caixa na Fazenda Grande do Retiro**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/salvador/bandidos-atacam-agencia-da-caixa-na-fazenda-grande-do-retiro-0922>. Acesso em: 3 jul. 2024.

CORREIO. **Estudantes visitam Casa do Museu Popular da Bahia até novembro no projeto "Arte de Rua nas Escolas"**. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/estudantes-visitam-casa-do-museu-popular-da-bahia-ate-novembro-no-projeto-arte-de-rua-nas-escolas-0824>. Acesso em: 16 dez. 2024.

EGBA. **História da EGBA**. Disponível em: <http://www.egba.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ESCOLA SESI BAHIA. **ESCOLA SESI REITOR MIGUEL CALMON (SALVADOR - RETIRO)**. Disponível em: <https://www.escolasesiba.com.br/nossas-escolas/salvador-retiro/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

FEEB. **Bradesco fecha seis agências em Salvador**. Disponível em: <https://feebbase.com.br/site/destaques/bradesco-fecha-seis-agencias-em-salvador>. Acesso em: 3 jul. 2024.

FERRARI, Celson. **Curso de planejamento integrado municipal**. 3. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1982. p. 1-631.

FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

FIOCRUZ. **Coletivo da Periferia Brasileira de Letras inaugura a Casa do Museu Popular da Bahia**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/coletivo-da-periferia-brasileira-de-letras-inaugura-casa-do-museu-popular-da-bahia-0>. Acesso em: 17 dez. 2024.

FREITAS, G. M. D. O. **Design cognitivo socioconstrutivista para a produção do conhecimento na educação de jovens e adultos a distância**. PPGDC: Programa de pós-graduação multi-institucional em difusão de conhecimento, Bahia, v. 1, n. 1, p. 24-307, 2023.

GELPI, Adriana; KALIL, R. M. L. **A CIDADE COMENTADA: EXPRESSÕES URBANAS E GLOSSÁRIO EM URBANISMO**. 1. ed. RS: UPF editora, 2016. p. 6-162.

GOOGLE MAPS. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-12.942735,-38.4792578,15.96z/data=!5m1!1e4?entry=tту&g_ep=EgoyMDI0MTIxMS4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 15 dez. 2024.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1993, pgs. 79-110

LEIS MUNICIPAIS. **LEI Nº 9069/2016**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba>. Acesso em: 17 fev. 2024.

MARICATO, Ermínia. **A produção da casa capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982. p. 21-166.

MORAES, A. F. D; GOUDARD, Beatriz; OLIVEIRA, Roberto De. **REFLEXÕES SOBRE A CIDADE: SEUS EQUIPAMENTOS URBANOS E A INFLUÊNCIA DESTES NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO**. *Interthesis*, UFSC, v. 5, n. 2, p. 93-

103, nov./2008. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5175645>. Acesso em: 17 fev. 2024.

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação**: Trabalhando com comunidades. 1. ed. Bahia: Quarteto, 2006. p. 7-126.

OBSERVASSA. **Fazenda Grande do Retiro**. Disponível em:

<https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/fazenda-grande-do-retiro>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PORTELA, T. D. B. A Escuta às Resistências. **XIIENAnpur**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 1-14, mai./2009.

RECORTES de Jornais: Fazenda Grande do Retiro. Salvador, 1991-2015. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Bairros/Fazenda_Grande_Retiro

ROLNIK, Raquel et al. **10 anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo**. Quem planeja o território, p. 87-104, 2012.

Disponível em:

https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_sobre_posicionamento_geodesico/sirgas/relatorio/relatorio_2009_centro_de_processamento_sirgas_ibge.pdf. Acesso em:

23/06/2024

SALVADOR. Coordenação de Desenvolvimento Social. **Informações sistematizadas bairros de baixa renda**. Salvador: [s.n.], 1983. 2 v.

SALVADOR CULTURA TODO DIA. **FAZENDA GRANDE**. Disponível em:

http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=7&cod_polo=107. Acesso em: 17 fev. 2024.

SALVADOR, Prefeitura De. LOUOS (Lei nº 3377): Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo. **LOUOS (Lei nº 3377)**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 3-171, mar./1984.

Disponível em:

https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2015/02/LOUOS-COMPLETA-3377_84.compressed.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

SALVADOR, Prefeitura De. PDDU: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador. **Prefeitura**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-224, mar./2016.

Disponível em:

https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

SANTOS, A. P. D. S. “Festa do Lixo” na Fazenda Grande do Retiro, Salvador-BA: um patrimônio cultural imaterial e seu caráter político-pedagógico. **PROFHISTÓRIA**, Bahia, v. 1, n. 1, p. 11-150, nov./2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431687/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Ana%20Paula%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SANTOS, C. N. F. D. **A cidade como um jogo de cartas**. 1. ed. São Paulo: Universitária, 1988. p. 11-186.

SOUZA, M. L. D. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos: e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 9-26, ago./2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12548>. Acesso em: 28 mai. 2024.

UPA 24 HORAS. **Quem somos**. Disponível em: <https://upasanmartin.med.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DISCENTE: MATEUS SANTANA BARBOSA
ORIENTADORES: JOÃO PENA; THAÍS REBOUÇAS
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ENTREVISTADA: JAQUELINE FREITAS DE SOUZA (NOME FICTÍCIO)
DATA DE REALIZAÇÃO: 01/12/2024

ROTEIRO TEMÁTICO PARA ENTREVISTA

Principais Assuntos a Serem Abordados:

- 1) Tempo de moradia.
- 2) Motivações para se estabelecer nesse bairro, contexto socioeconômico.
- 3) Nível de satisfação para com serviços ofertados (escolas, postos de saúde, redes de mercados, etc).
- 4) Como você avalia a oferta de serviços e equipamentos urbanos no bairro desde que você veio morar aqui?
- 5) Você participa ou já participou de protestos reivindicando melhorias no bairro?
- 6) Já ouviu falar da Festa do Lixo?
- 7) Nível de organização da sociedade como entidade organizada.
- 8) Associação de moradores do bairro hoje.
- 9) Principais demandas atuais.